

CONTRATO CEDAE Nº 067/2020 (DSG)
que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, e a **CENTRO DE BIOLOGIA EXPERIMENTAL OCEANUS LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, doravante denominada **CEDAE**, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2.655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato representada por seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. ALBERTO RÉGIS TÁVORA e do Diretor de Saneamento e Grande Operação, Sr. FERNANDO SÉRGIO MANCILHA NEVES, e o **CENTRO DE BIOLOGIA EXPERIMENTAL OCEANUS LTDA.**, sediada na Rua Almirante Cochrane, nº 37, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.550-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.383.198/0001-59, neste ato por meio de seu Sócio Administrador ao final assinado, Sr. RONALDO LEÃO GUIMARÃES, brasileiro, biólogo, portador da carteira de identidade nº 0233985 CRB/RJ, inscrito no CPF sob nº 443.210.747-20, residente e domiciliado na Rua Eduardo Guinle, nº 11, apto 401, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP:22.260-090, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.548/2019** mediante **Pregão Eletrônico 616/2020**, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE - RILC pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e na Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no edital de licitação e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a execução de **"SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA, SEDIMENTO E BIOTA MARINHA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DE ESGOTO DE IPANEMA – ESEP"**, conforme Pregão Eletrônico nº 616/2020.

Parágrafo Único - Inserem-se no escopo desta contratação, embora não transcritos, o detalhamento contido nos Anexos do Edital de Licitação por Pregão Eletrônico nº. 616/2020, bem como a proposta da contratada, autuada às fls. 393/395 do processo administrativo referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

a) Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;



R

z
z
APROVADO

- b) Fornecer à CONTRATADAS documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;
- c) Exercer a fiscalização do contrato; e
- d) Aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas nos documentos anexos ao Edital que ensejou a presente contratação - Pregão Eletrônico nº 616/2020.

- a) Conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;
- b) Abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) Providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) Manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) Prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes;
- f) Providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) Enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) Manter a CEDAE informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) Cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços; e
- j) Demonstrar, apenas quando possuir mais de 100 (cem) empregados alocados a este contrato, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos:



[Handwritten signature]



[Handwritten initials]

- 1) até 200 empregados = 2%;
- 2) de 201 a 500 empregados = 3%;
- 3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e
- 4) de 1.001 em diante = 5%.

k) A CONTRATADA indicará como responsáveis técnicos pelos serviços, ora contratados, Sr. RONALDO LEÃO GUIMARÃES, CRBio Nº 2339/02-D, Sr. EDSON FELIPE SOUZA LADEIRA, CRQ-RJ 03155685 e Srª CRISTIANE JORGE B. ANAYA, CRQ-RJ 031056147, que ficam autorizados a representá-la, perante a CEDAE, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

l) A CONTRATADA obriga-se a manter o profissional indicado na alínea anterior como responsável técnico na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do responsável técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da CEDAE, de igual lastro de experiência e capacidade.

m) A Contratada deverá adotar, no que couber, práticas de sustentabilidade, nos termos do artigo 6º do Decreto Estadual nº 43.629 de 05 de junho de 2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

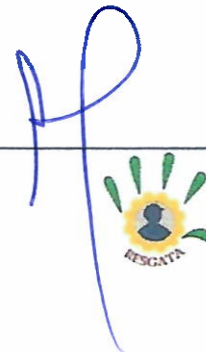
O prazo de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses** contados da data indicada na Ordem de início, que poderá ser emitida pela CEDAE após a assinatura deste contrato.

Parágrafo Único - Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2020, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110316
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903982
Fonte de Recursos: 10
ID Reserva Orçamentária: 2020000533



CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será realizada em regime de execução por preço unitário sendo o seu valor total de **R\$ 253.087,50 (duzentos e cinquenta e três mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme proposta de preços apresentada pela contratada, acostada às fls.393 a 395 do Processo Administrativo, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Coleta e Análise da Qualidade da Água e Biota Marinha de Emissário Submarino	12	R\$ 19.840,50	R\$ 238.086,00
02	Coleta e Análise de Amostras de Sedimentos em Pontos sob influência do Emissário Submarino	2	R\$ 3.500,00	R\$ 7.000,00
03	Elaboração de Relatórios sobre Análise de Coletas de Água e Sedimentos	2	R\$ 4.000,75	R\$ 8.001,50
TOTAL				R\$ 253.087,50

Parágrafo Único - O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todas as despesas relativas à execução dos serviços, todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, bem como despesas com transportes, cargas, descargas, taxas, remunerações, materiais, equipamentos, coletores, frascarias, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo - É facultado à CEDAE exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.



Parágrafo Quarto - O representante da CEDAE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários.

Parágrafo Sexto - A fiscalização do serviço pela CEDAE não excluirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo - Quando aplicável, proceder-se-á a fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "j" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA será responsabilizada pelos danos causados à CEDAE ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a CEDAE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo - A contratada deverá apresentar mensalmente, juntamente com a fatura/note fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

a) Medição/detalhamento do serviço prestado;

b) Declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a CONTRATADA estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "j", deste instrumento;

Parágrafo Terceiro - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à CONTRATADA para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Quarto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela CONTRATADA, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência



total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser **rescindido** com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "III" do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

Parágrafo Quinto - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

Parágrafo Sexto - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da CONTRATADA, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - PE nº 616/2020-ADPR-31 (Processo E-07/100.548/2019) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos, bem como o Acordo de Nível de Serviço - ANS parte integrante do presente contrato - Anexo A.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CEDAE pagará mensalmente à CONTRATADA o valor dos serviços executados no período, observando, como limite, os valores reservados para esta contratação.

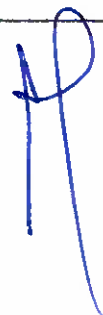
Parágrafo Primeiro - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela CONTRATADA no banco BRADESCO, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos à CONTRATADA serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias contados de cada período de adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

Parágrafo Quarto - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela CONTRATADA, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

Parágrafo Quinto - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada impedirá a concessão do atesto, ficando conseqüentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.



Parágrafo Sexto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Sétimo - Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

Parágrafo Oitavo - A CEDAE não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

Parágrafo Nono - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da CEDAE, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo IGP-M/FGV, iniciando-se a contagem deste prazo a partir do mês da Estimativa Orçamentária (10 – Setembro/2019), conforme expressão matemática a seguir.

$$R = \frac{Po \cdot I - Io}{Io}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = Índice IGP-M/FGV correspondente ao mês do reajustamento

Io = Índice IGP-M/FGV correspondente ao mês da Estimativa Orçamentária.

- a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.
- b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquele referente à fatura dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.



JK

Parágrafo Segundo - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da CONTRATADA dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da CEDAE, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A inércia da CONTRATADA em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

Parágrafo Quarto - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir do mês da Estimativa Orçamentária (1o).

Parágrafo Quinto - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

Parágrafo Sexto - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

Não será exigida garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação do serviço será permitida de acordo com as condições estabelecidas na alínea "g" do subitem 3.2.4 do Termo de Referência – Anexo XI do edital de Licitação e desde que a execução da parcela principal ou de maior relevância do contrato não seja subcontratada

Parágrafo Primeiro - Não será permitida a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA será responsável, para todos os fins, pela execução e fiscalização da parcela do objeto contratual executado pelo subcontratado, não havendo qualquer prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais em razão da subcontratação.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA deverá apresentar documentação do subcontratado comprovando sua qualificação técnica necessária à execução da parcela do serviço que será objeto da subcontratação.

Parágrafo Quarto - Competirá à Comissão de Fiscalização a verificação dos documentos mencionados, dos limites da subcontratação estabelecidos no edital e no contrato e das condições impeditivas constantes do art. 78, §2º, da Lei nº 13.303/2016.



CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, na forma do Procedimento para aplicação de sanções administrativas nas licitações e contratos executados no âmbito da CEDAE, às penalidades seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- ii) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) Não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multas rescisória e com a multa por descumprimento da implementação do Programa de Integridade, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

i) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da CEDAE, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a CEDAE autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à CONTRATADA; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

l) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a multa por descumprimento da implementação do Programa de Integridade, serão somadas quando aplicadas cumulativamente e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.



Handwritten signature in blue ink

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - Ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II - Acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III - Decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Sétimo - Caso a operação da CEDAE destinatária da prestação objeto deste contrato seja transferida a terceiros a qualquer título, por exemplo em subconcessões, o presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente, sem que a contratada tenha qualquer direito a indenização ou compensação, mediante denúncia por escrito com 30(trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à



Handwritten signature in blue ink

Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único - Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro - As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo - A existência de matriz de risco para esta contratação impedirá a celebração de aditivo para os eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

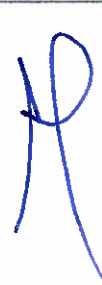
As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA



Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de parecer circunstanciado para aceitação provisória (doc. ref. Anexo VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo Primeiro - A competência para a emissão do parecer circunstanciado para aceitação provisória será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da CONTRATADA a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

Parágrafo Segundo - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

Parágrafo Terceiro - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

Parágrafo Quarto - Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do termo de aceitação provisória (doc. Ref. Anexo I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

I) A CONTRATADA deverá comunicar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da CEDAE.

II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à CEDAE, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da CEDAE não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a CONTRATADA se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à CEDAE, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

IV) Persistindo a recusa da CONTRATADA em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.



V) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.

VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.

X) O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CEDAE** – RILC, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviços n. 14.693/2017, que permanecerá aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC.

Parágrafo Quinto - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do termo de aceitação definitiva (doc. Ref. Anexo VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).



JK

Parágrafo Segundo - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, solicitará à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro - De igual modo, a CONTRATADA deverá apresentar declaração de que a CEDAE possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto - No caso de omissão ou recusa da CONTRATADA em solicitar à CEDAE a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto - Persistindo a recusa da CONTRATADA em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

Parágrafo Sexto - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a CEDAE.






CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da CONTRATADA, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à



CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela CONTRATADA, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A CONTRATADA que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até à sua regular situação.

Parágrafo Décimo Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela CONTRATADA.

Parágrafo Décimo Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no site eletrônico da CEDAE.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

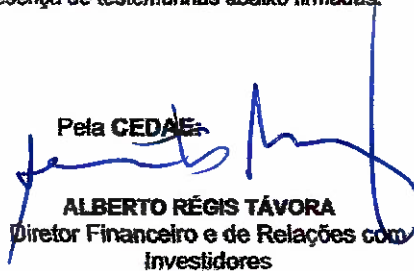
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2020.

Pela CEDAE:


ALBERTO RÉGIS TÁVORA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores


FERNANDO SÉRGIO MANCILHA NEVES
Diretor de Saneamento e Grande Operação

Pela CONTRATADA:


RONALDO LEÃO GUIMARÃES
Sócio Administrador

Centro de Biologia Exp. Oceanus Ltda.
CNPJ: 28.383.198/0001-59
Ronaldo Leão Guimarães
Sócio - Diretor

TESTEMUNHAS:


RG: _____
RG: 3040091451

Contrato OCEANUS - serviço coleta e análise de água - PE-816-2020-VB

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de Prestação de Serviços nº 037/2020. PARTES: DETRAN/RJ e CS Brasil Frota Ltda. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores, itens 1 e 2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 028/19, sem motorista, sem combustível e com franquia de quilômetros livre, a fim de auxiliar nos trabalhos de deslocamento dos servidores, materiais e equipamentos do DETRAN/RJ. PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de publicação deste extrato. VALOR: R\$ 2.973.984,08 (dois milhões, novecentos e setenta e três mil, novecentos e noventa e quatro reais e oito centavos). NOTA DE EMPENHO: 2020NE00988. GESTORES: MARCUS ANTONIO DE FREITAS MOREIRA, Diretor de Apoio Operacional, Identidade Funcional no 5029789-9, CLÁUDIA ANTÔNIA SILVA PAULO, Assistente III, Identidade Funcional no 4197166-3, HUGO HANAWICKEL DOS REIS, Assistente Técnico da Transição, Identidade Funcional no 4379321-5 e MARILLUS HENRIQUE R. P. BATISTA, Assistente Técnico de Trânsito, Identidade Funcional no 5032847-7, como Fiscal e ÉRIKA LEONIS GARCIA, Assistente III, Identidade Funcional no 0509506-2, como Suplente, em caso de férias, licenças e outros eventuais afastamentos dos titulares da comissão. DATA DA ASSINATURA: 05/04/2020. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.686/93, Lei Estadual nº 2877/9, Decretos nºs 3.149/80 e 42.301/10. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-16/068208/2019.

Id: 2256577

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de Prestação de Serviços nº 036/2020. PARTES: DETRAN/RJ e a Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A (EPEC). OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores, itens 3 e 4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 028/19, sem motorista, sem combustível e com franquia de quilômetros livre, a fim de auxiliar nos trabalhos de deslocamento dos servidores, materiais e equipamentos do DETRAN/RJ. PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de publicação deste extrato. VALOR: R\$ 6.444.888,32 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e dois reais e oito centavos). NOTA DE EMPENHO: 2020NE00987. GESTORES: MARCUS ANTONIO DE FREITAS MOREIRA, Diretor de Apoio Operacional, Identidade Funcional no 4347841-4 e ANDERSON MACEDO DOS SANTOS SILVA, Chefe de Serviço, Identidade Funcional no 2041384-0, como gestor substituto. FISCALIS: GABRIELA HENRIQUES DA SILVA (Presidente da Comissão), Chefe de Serviço, Identidade Funcional no 5029789-9, CLÁUDIA ANTÔNIA SILVA PAULO, Assistente III, Identidade Funcional no 4197166-3, HUGO HANAWICKEL DOS REIS, Assistente Técnico de Trânsito, Identidade Funcional no 4379321-5 e MARILLUS HENRIQUE R. P. BATISTA, Assistente Técnico de Trânsito, Identidade Funcional no 5032847-7, como Fiscal e ÉRIKA LEONIS GARCIA, Assistente III, Identidade Funcional no 0509506-2, como Suplente, em caso de férias, licenças e outros eventuais afastamentos dos titulares da comissão. DATA DA ASSINATURA: 05/04/2020. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.686/93, Lei Estadual nº 2877/9, Decretos nºs 3.149/80 e 42.301/10. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-16/068208/2019.

Id: 2256578

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 124/2019. PARTES: DETRAN/RJ e Molinses Comércio e Serviços em Informática Ltda - EPP. OBJETO: Alteração quantitativa que resultará no decréscimo do valor contratado, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Esta supressão refere-se à quantidade de valor do pagamento a ser contratado, devendo o contratante pagar a quantia total de R\$ 255.430,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta reais), totalizando o contrato o valor de R\$ 343.243,33 (trezentos e quarenta e três mil, duzentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos). GESTOR: Marcus Antonio de Freitas Moreira, Diretor de Apoio Operacional, Id. Funcional 4347841-4. DATA DA ASSINATURA: 05/05/2020. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 65, inciso II e seu § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Decretos Estaduais nºs 46.953/2020 e nº 47.005/2020. PROCESSO Nº E-16/068208/2019.

Id: 2256796

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDEAE nº 057/2020 (DSG). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDEAE e o CENTRO DE BIOLOGIA EXPERIMENTAL OCEANUS LTDA. OBJETO: Serviços de coleta e análise da qualidade da água, sedimento e biota marinha do Emissário Submarino de Esgoto de Ipanema - ESEI. PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 253.087,50 (duzentos e cinquenta e três mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos). DATA DE ASSINATURA: 27/04/2020. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.548/2019 (Pregão Eletrônico - PE nº 616/2020).

Id: 2258072

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 002/2017-ADPR-31. OBJETO: Operação e otimização do sistema de leitura, medição, faturamento e arrecadação com geração e operação de ações comerciais na área de concessão da COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDEAE-RJ - em quatro lotes, abrangendo partes do Município do Rio de Janeiro, municípios da bacia de fluminense e do interior.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe que seria realizada em 15/06/2020, fica adlada "afine die".

Id: 2256566

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 614/2020 - ADPR-31. OBJETO: Contratação de uma rede corporativa de voz, com telefonia fixa e móvel para toda a CEDEAE.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caba, no endereço Eletrônico www.licitacoes.caba.gov.br, a Errata 02, com as alterações efetuadas no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe. Comunicamos ainda que a licitação teve sua data de realização adiada para o dia 20/05/2020, às 11:00 horas, no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2256768

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DA CAPITAL AFR - 64.15 - BARRA DA TIJUCA

EDITAL

FICA O CONTRIBUINTE, abaixo mencionado, no prazo de 16 (seis) dias, INTIMADO a apresentar o Livro Registro de Saúde, Livro Registro de Apropriação do ICMS, comprovante transmissão das declarações econômico-fiscais (GIA-ICMS, DECLAN-IPM, DUB-ICMS), todos os documentos relativos aos exercícios de 2014 a 2015, e comprovante de transmissão do SPED/EFD dos exercícios de 2014 e 2015, na sede desta repartição fiscal situada na Av. Ayron Senna, nº 2001 BL "C", sala 58 - Barra da Tijuca.

EMPRESA: DEPP VIA PARQUE LTDA EPP INSCRIÇÃO Nº 79.963.089. CNPJ Nº 16.487.474/0001-75. INTIMAÇÃO Nº 530943-5693 de 06/05/2020.

Id: 2256706

SUBSECRETARIA DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

EDITAL

OS CONTRIBUINTE, abaixo, ficam identificados da lavratura dos autos de infração por infração à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste Edital, com redução do valor da multa de 50 % (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração. Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 48/2020.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFE - 00.01 - BARRERAS, TRANSITO E TRANSPORTES Av. Presidente Vargas nº 670 2º Andar - Centro - CEP 20.071-001 Rio de Janeiro - RJ

PONTE SUL INFORMATICA LTDA

CNPJ 8.895.429/0001-78 - Processo nº E-04/211/025263/2019 Auto de infração nº 03.607419-5, de 25/12/2019 Valor reclamado: R\$ 1.548,37.

SO AQUI TEM INFORMATICA LTDA

CNPJ 8.959.208/0001-44 - Processo nº E-04/211/025265/2019 Auto de infração nº 03.607419-5, de 25/12/2019 Valor reclamado: R\$ 1.939,19.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.12 - 01 NINHA GAPJ Rodovia Presidente Dutra Km 324 CEP 27560-000 Itaízia - RJ

AUDREY ALMEIDA AVON - TRANSPORTES

CNPJ 19.785.978/0002-05 - Processo nº E-04/211/025127/2019 Auto de infração nº 03.605806-4, de 23/12/2019 Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

JOAO DA COSTA ARAUJO LTDA

CNPJ 4.381.959/0002-66 - Processo nº E-04/211/025166/2019 Auto de infração nº 03.607200-7, de 23/12/2019 Valor reclamado: R\$ 1.893,27.

MRH VEICULOS LTDA

CNPJ 22.704.850/0009-60 - Processo nº E-04/211/025163/2019 Auto de infração nº 03.602840-3, de 23/12/2019 Valor reclamado: R\$ 110.712,00.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.13 - 02 MORRO DO COCO Funcionando Em Local Provisório

PIRES TRANSPORTES LTDA

CNPJ 21.481.639/0001-40 - Processo nº E-04/211/024716/2019 Auto de infração nº 03.605752-9, de 16/12/2019 Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

TRANSCARBONATO TRANSPORTES LTDA

CNPJ 10.456.612/0001-47 - Processo nº E-04/211/024854/2019 Auto de infração nº 03.607673-5, de 18/12/2019 Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.19 - 04 LEVY GASPARIAN Rua Anísio Torres nº 1 (Fiel, Rod. Eir 640 Km 6,51 Comendador Levi Gasparian, RJ CEP 28870-000

CONSTRUBANC LTDA

CNPJ 89.409.109/0001-00 - Processo nº E-04/211/025203/2019 Auto de infração nº 03.607449-2, de 23/12/2019 Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

DISTRIBUIDORA E COMERCIO ZONA DA MATA LTDA

CNPJ 25.129.311/0001-86 - Processo nº E-04/211/023364/2019 Auto de infração nº 03.605909-5, de 21/11/2019 Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

RIO DOCE NUTS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI

CNPJ 2.996.273/0001-63 - Processo nº E-04/211/025039/2019 Auto de infração nº 03.607274-2, de 20/12/2019 Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

Id: 2258768

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: 0800-2844675

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A.

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Contrato para Capacitação de Jovens por meio de Programa de Aprendizagem. PARTES: Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. e a Associação de Ensino Social Profissionalizante. OBJETO: Promoção, contratação e formação de Jovens Aprendiz em Programa de Aprendizagem. VALOR: R\$ 285.574,88. PRAZO: 17 (dezanove) meses, a partir do dia 24/04/2020. DATA DA ASSINATURA: 24/04/2020. FUNDAMENTO: Proc. nº SEI-220005/000051/2020.

Id: 2256229

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

*INSTRUMENTO: Termo Aditivo I ao Contrato de Prestação de Serviços de Locação, Instalação e Manutenção de Aparelhos de Ar Condicionado n. 005/2019. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO - CEHAB-RJ e a Empresa INVESTIPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO LTDA. OBJETO: As partes de comum acordo resolveram firmar o presente termo para corrigir erro material na cláusula Primeira do instrumento original, relativo à condição física e redução do número dos aparelhos e do valor do contrato constante na Cláusula Sexta. VALOR: R\$ 75.849,50 (setenta e cinco mil oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos). FUNDAMENTO: Despacho expedido no Processo nº E-17/008/100515/2018, leis Federais nºs 8666/1993 e 13.303/2016, Lei Estadual nº 2871979, Decreto Estadual nº 48.188/2017, DATA DA ASSINATURA: 30/03/2020. REGISTRO INTERNO Nº 010/2020 *Omitido no D.O. de 20/04/2020.

Id: 2256750

Secretaria de Estado de Polícia Militar

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Ordem de Fornecedor de Bens nº 098/2020 - FUSPOM. PARTES: SEPM e a Hérnia Atacaocista de Produtos Hospitalares Ltda - CNPJ: 32.573.503/0001-42. OBJETO: Aquisição de materiais médicos hospitalares. VALOR TOTAL: R\$ 6.270,00 (seis mil duzentos e setenta reais). GESTOR: 1º SGT PM RG 66.025, Alessandra Almeida de Andrade (DSS). FISCALIS: CAP PM ENF RG 89.669, Carla Senna Barbosa de Oliveira - ID Funcional: 43616219 (HCPM); CAP PM ENF RG 68.414, NATÁLIA VICTOR MADEIRA SENNA - ID Funcional 43564056 (HCPM); CAP PM RG 66.865, Camilla Vanden do Nascimento Santana (HPMNT); 2º SGT PM RG Alun Sandro Pereira (HPMNT). DATA DA ASSINATURA: 06 de maio de 2020. FUNDAMENTO: O constante do Processo Administrativo nº E-3508117/2020.

Id: 2256665

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: 1º Termo de Aposentamento ao 2º Termo Aditivo do Contrato nº 1132/2018 - FUSPOM. PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR E A EMPRESA CECOF - CENTRAL DE EXAMES COMPLEMENTARES OFTALMOLOGICOS LTDA. OBJETO: Alteração do número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da EMPRESA CECOF - CENTRAL DE EXAMES COMPLEMENTARES OFTALMOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.498.725/0003-63 para CECOF - CENTRAL DE EXAMES COMPLEMENTARES OFTALMOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.880.651/0001-85. PRAZO: Ficam inalterados os prazos e demais condições estabelecidas no 2º Termo Aditivo do Contrato nº 1132/2018. DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-09/106/678/2016 - Inexigibilidade nº 06/2016.

Id: 2256773

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2018. PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e o INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, inscrita no CNPJ nº 19.378.769/0116-15. OBJETO: Alteração qualitativa do Contrato nº 015/2018, relativo ao credenciamento da prestação de Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - SADI, sem acréscimo de reajuste contratual. Acréscimo qualitativo do exame Pesquisa de RNA viral RT-PCR (Teste de PCR para COVID-19). PRAZO: Ficam inalterados os prazos e demais condições estabelecidas no 3º Termo Aditivo do Contrato nº 015/2018. VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS: Não implicará em aumento do valor contratual, permanecendo os valores constantes no Terceiro Termo Aditivo do Contrato nº 015/2018. DATA DA ASSINATURA: 28/04/2020. FUNDAMENTO: DO ATO: Omitido no Processo Administrativo nº E-09/106/168/2016.

Id: 2256796

Secretaria de Estado de Polícia Civil

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 003/SEPOL/2020. PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Civil e a Empresa INNOVA AIR SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA ME. OBJETO: Prestação de serviços de Manutenção Geral Preventiva e Corretiva das Câmaras Manôbaria e Grifométricas instaladas nos Postos Regionais de Polícia Técnica-Científica - PRPTCs e no Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense - IPGFE. VALOR: Dá-se a este Contrato o valor total de R\$ 879.700,00 (oitocentos e setenta e nove mil e setecentos reais). PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 09/05/2020, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de pu-

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 07 DE MAIO DE 2020

PROCESSO Nº SEI-260904/000005/2020 - AUTORIZO a prorrogação da cessão do servidor ANDERSON DE OLIVEIRA MACHADO, Inspetor de Polícia, ID Funcional nº 565.080-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Civil, para a Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério de Justiça e Segurança Pública - SEOP/MIJS, consoante os termos do Convênio de Cooperação Federativa nº 30/2017, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 22/01/2020.

PROCESSO Nº SEI-36/904/005122/2019 - AUTORIZO a cessão do servidor RAPHAEEL VASCONCELOS CABRAL, Oficial de Cartório Público, ID Funcional nº 4.371.877-0, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Civil, para a Secretaria de Operações Integradas/SEOP, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, consoante os termos do Convênio de Cooperação Federativa nº 30/2017, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da data de apresentação do servidor.

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 04/05/2020

DESIGNA FABIO CORIOLANO SILVEIRA, Engenheiro C, como Presidente, LEOPOLDO MANTAVES GAMA FILHO, Técnico de Saneamento II, e MOACYR MARTIN ROCHA NETO, Agente de Saneamento H, como Membros Titulares e RODRIGO FABIANO DE LIRA, Agente de Saneamento F, como Membro Suplente, Gerente do Contrato LEANDRO TEIXEIRA PINTO, Engenheiro C, e ALEXANDRE PEREIRA MARINS, Engenheiro C, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA, SEDIAMENTO E BIOTA MARINHA DO EMISSÁRIO SUBMARIÑO DE ESGOTO DE IPANEMA - ESEI", de que trata o Processo nº E-07/100.548/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 27.527-00/2020.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 05/05/2020

DESIGNA ANDRÉ LUIS BROWN DE CARVALHO, Economista C, como Presidente, RENATO FERREIRA COELHO, Técnico de Contabilidade II e SYLVIAN DOS SANTOS MOREIRA AZULAY, Agente Administrativo F, como membros Titulares e GUILJO ZAPPA, Economista C, como membro suplente, Gerente do Contrato BERNARDO DOS SANTOS FELIX, Economista D, e GUARACI DE ALMEIDA LIMA, Auxiliar Administrativo, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "ESTUDO DE METODOLOGIAS PARA REALIÇÕES ANUAIS E REVISÃO TARIFÁRIA QUINQUENAL", de que trata o Processo E-17/100.822/2015, Ordem de Serviço P/FIS nº 23.450-02/2020, Revoga O.S. P/FIS nº 23.450-01, de 01 de abril de 2020.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 05/05/2020

DESIGNA GUILHERME JOSE DE ABREU LIMA CAMPOS Assessor Técnico, como Presidente, JAYME LEITE DE OLIVEIRA, Assessor Técnico, e MARCUS VINICIUS CORREA NEVES, Agente de Saneamento H, como Membros Titulares e MANUEL JOSE FERNANDES CORDEIRO, Agente de Saneamento D, como Membro Suplente, Gerente do Contrato JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Assessora de Diretoria, e LUCIANO VALERIA DE VASCONCELOS Assessor Executivo, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA APOIO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO EM COMUNIDADES NAS ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL (AIES)", de que trata o Processo E-12/600.179/2020, Ordem de Serviço P/FIS nº 27.390-01/2020, Revoga O.S. P/FIS nº 27.390-03 de 12/03/2020.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 05/05/2020

DESIGNA SYLVIA PASSOS SOARES RODRIGUES, Assessora Técnica, como Presidente, GUILHERME JOSE DE ABREU LIMA CAMPOS, Assessor Técnico, JAYME LEITE DE OLIVEIRA, Assessor Técnico, e MARCUS VINICIUS CORREA NEVES, Agente de Saneamento H, como Membros Titulares e JAQUELINE NAIJA BARRETO FARIOLI, Agente Administrativo E, como Membro Suplente, Gerente do Contrato JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Assessora de Diretoria, e LUCIANO VALERIA DE VASCONCELOS, Assessor Executivo, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "1ª ETAPA DO PROJETO DE ATENDIMENTO DA DIRETORIA DE CENSA, ENVOLVENDO IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA CONSISTENTE NA IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ORDEMÇÃO E PAVIMENTAÇÃO NA VILA CRUZADO, ALÉM DA REFORMA DO NÚCLEO DA CÉDAS SITUADO NA ROCHINHA", de que trata o Processo E-07/100.938/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 27.390-01/2020, Revogar O.S. P/FIS 27.350-00 de 20/02/2020.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 05/05/2020

DESIGNA EDUARDO DE MORAES TORRES, Agente Administrativo F, como Presidente, JUSTIARA SEIA FERREIRA, Agente Administrativo F, RENALDO AUGUSTO REBELLO DE SOUZA, Agente de Saneamento H e MARCELO DIBE RODRIGUES, Agente de Saneamento I, como membros Titulares e CÉRES REGINA DE SANTA ROSA, Técnica de Eletromecânica II, como membro suplente, Gerente do Contrato DAMIAO BARBOSA, Agente Administrativo F e KETILLIN TUANY LIMA FRANCA, Assessora Executiva, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NAS AGENCIAS DE ATENDIMENTO DA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO METROPOLITANA - DIM, de que trata o Processo nº E-07/100.594/2017, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.043-03/2020, Revoga O.S. P/FIS nº 26.043-02 de 06/11/2019.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 07/05/2020

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 010/14 - Processo nº E-17/100.374/14 PARTES: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e R C Vieira Engenharia Ltda. Decisão: A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, por meio de seu Diretor-Presidente, DEIXA neste ato, pelo indeferimento do recurso interposto pela empresa COLLET & SONS S/A - ENGENHARIA, COMERCIO E INDUSTRIA, mantendo a decisão de desclassificação na Concorrência Nacional CN nº 011/2018, cujo objeto consiste na "AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE MIGUEL COUTO - MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO", nos termos da decisão.

8.666/93, aplicação de multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia que exceder ao prazo, sobre a diferença entre o valor que deveria ser faturado pelo concessionário físico-financeiro e o valor efetivamente faturado, nos termos da cláusula décima quinta, item 14.1, limitado ao item 14.5 e em conformidade com o art. 87, inciso II da Lei nº 8.666/93 e multa rescisória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, nos termos da Décima Quarta Cláusula Contratual, item 14.3, alínea 2, em conformidade com o art. 87, inciso II da Lei nº 8.666/93. Determina-se neste ato, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de Recurso.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 07/05/2020

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 011/2018 - Processo nº E-07/100.100/2018 PARTES: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e COLLET & SONS S/A - ENGENHARIA, COMERCIO E INDUSTRIA

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, por meio de seu Diretor-Presidente, DEIXA neste ato, pelo indeferimento do recurso interposto pela empresa COLLET & SONS S/A - ENGENHARIA, COMERCIO E INDUSTRIA, mantendo a decisão de desclassificação na Concorrência Nacional CN nº 011/2018, cujo objeto consiste na "AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE MIGUEL COUTO - MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO", nos termos da decisão.

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ATO DO SECRETÁRIO DE 05.05.2020

REMOVE, a pedido, SERGIO LOPES MACEDO, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Identidade Funcional nº 1939841-7, da Junta de Revisão Fiscal, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, para Coordenadoria de Cadastro Fiscal, da Superintendência de Cadastro e Informações Fiscais, da Subsecretaria de Estado de Receita, da mesma Secretaria, com validade a contar de 04.05.2020, Processo nº SEI-04/2014/00030/2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

ATO DO GESTOR E DO PRESIDENTE PORTARIA CONJUNTA FAF/PRODERJ Nº 83 DE 29 DE ABRIL DE 2020

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, NA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA.

O GESTOR DO FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.731, de 24/01/2020, que aprova o Orçamento Anual do Estado para o exercício de 2020, o Decreto nº 46.931, de fevereiro de 2020, que estabelece normas complementares de programação e execução orçamentária, financeira e contábil para o exercício de 2020 e o Decreto 42.436, de 30 de abril de 2010 que dispõe sobre a descentralização da execução de crédito orçamentário, e o que consta do Processo nº SEI-04/17/200028/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Prestação de serviços de comunicação de dados de longa distância (WAN), conexão internet para o rede governo e serviços complementares de tecnologia de informação e comunicação, referente ao período de 01/01/2020 a 31/03/2020.

II - VIGÊNCIA: Até 31/12/2020

III - DE/Concedente: 2061 - Fundo Especial de Administração Fazendária. UO: 2061 - Fundo Especial de Administração Fazendária. UG: 206100 - Fundo Especial de Administração Fazendária.

IV: PARA/Executante: 21350 - Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ. UO: 21350 - Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ. UG: 403200 - Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ.

V - CRÉDITO:

PT: 2061.04.123.0054.8103 - Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação

NATUREZA DE DESPESA FR VALOR 3.3.90 100 R\$ 930.637,51

Art. 2º - A prestação de contas das recursos descentralizados, nos termos do Decreto nº 42.436/2010, deverá ser acompanhada de parecer elaborado pelo Controle Interno do Órgão Executante, opinando quanto à regularidade da despesa, nos termos do art.16, inciso V do Decreto 49.463, de 14/02/2012, e atender às disposições contidas nas Instruções Normativas AGE/SEFAZ nº 24, de 10/08/2013 com alterações promovidas pelas Instruções Normativas AGE/SEFAZ nº 25, de 31/01/2014 e nº 27, de 14/04/2014.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2020

REUBEN DA CUNHA DA ROCHA Gestor do FAF

JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR Presidente do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA

ATO DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA SERR Nº 222 DE 05 DE MAIO DE 2020

CRIA O GRUPO DE TRABALHO PARA APRESENTAR PROPOSTAS DE RELATÓRIOS E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DAS ATIVIDADES COM VISTAS A AVALIAR O ALCANCE DE METAS DE GESTÃO DOS ÓRGÃOS SUBORDINADOS A SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE RECEITA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficar criado o Grupo de Trabalho com o objetivo de apre-

sentar propostas de relatórios e critérios de medição das atividades com vistas a avaliar o alcance de metas de gestão dos órgãos subordinados à Subsecretaria de Estado de Receita.

- I - André de Souza Barbosa; ID: 4189721-8;
- II - Bianca Peres Barbosa; ID: 4384559-2;
- III - Carlos Eduardo Fortunato; ID: 4385030-9;
- IV - Fábio Rocha Verbeiro; ID: 5078170-7;
- V - Leonardo José Fernandes da Silva; ID: 3000033-8;
- VI - Marcos dos Santos Ferraes; ID: 1939892-9;
- VII - Michele de Souza Ribeiro; ID: 4384242-9;
- VIII - Rodrigo dos Santos Neves; ID: 4387054-6;
- IX - Sabrina Rodrigues Martinez Pinheiro; ID: 4385035-9.

§1º - Os servidores relacionados neste artigo desempenharão suas atividades no grupo de trabalho sem prejuízo de suas tarefas e lotações nos órgãos de origem.

§2º - O grupo de trabalho poderá convidar Auditores Fiscais para contribuir na elaboração dos trabalhos ou demandar esclarecimentos de questões específicas de determinado órgão ou setor.

Art. 3º - O grupo de trabalho referido no art. 1º será coordenado pelo Auditor Fiscal Marcos dos Santos Ferraes e terá a duração de 30 dias a contar da publicação desta Portaria.

Parágrafo Único - O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser estendido mediante justificativa fundamentada pelo coordenador, após apresentação da evolução dos trabalhos ao Subsecretário de Estado de Receita, que manifestará sua concordância ou não quanto a sua eventual prorrogação.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2020

THOMPSON LEMOS DA SILVA NETO Subsecretário de Estado da Receita

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUT Nº 308 DE 06 DE MAIO DE 2020

FORNECE DADOS PARA O CÁLCULO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM CARÁTER DE NÃO PERÍODO DE 11 A 17 DE MAIO DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE TRIBUTAÇÃO, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na cláusula segunda do Convênio ICMS 15/60, de 30 de maio de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - A base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, para o período de 11 a 17 de maio de 2020, em dólares, é a seguinte:

Valor da saca de 60 Kg em Dólar	
CAFÉ ARÁBICA	CAFÉ CONILLON
US\$ 191,0000	US\$ 68,5000

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2020

EDUARDO DOS SANTOS MELO Superintendente de Tributação

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA JUNTA DE REVISÃO FISCAL

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA JRF Nº 132 DE 05 DE MAIO DE 2020

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DAS SESSÕES DE JULGAMENTO DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL POR VIDEOCONFERÊNCIA.

A PRESIDENTE DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL, no uso de suas atribuições, com fundamento nos incisos I e VI, do art. 20 do Regulamento Interno da Junta de Revisão Fiscal, aprovado pela Resolução SER nº 023, de 16 de maio de 2013,

CONSIDERANDO:

- o disposto no art. 9º e no art. 55, ambos da Resolução SER nº 023/2003; e

- o disposto na Resolução SEFAZ nº 144, de 29 de abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - A realização por videoconferência das sessões de julgamento das Turmas de Julgamento da Junta de Revisão Fiscal, autorizada em caráter excepcional pela Resolução SEFAZ nº 144/2020, seguirá o mesmo rito das sessões presenciais, estabelecido no Regulamento Interno da Junta de Revisão Fiscal, aprovado pela Resolução SER nº 023/2003, em especial nos Capítulos VII (Do Procedimento para Decisões), VIII (Da Ordem nas Sessões de Julgamento) e IX (Das Atas das Sessões).

§ 1º - A sessão por videoconferência será realizada por meio do aplicativo Cisco Webex Meetings.

§ 2º - Na pauta das sessões de julgamento, publicada na página eletrônica da SEFAZ (http://www.fazenda.rj.gov.br/rjrfc_pauta_jrf.jsp), constará o link da sessão por videoconferência, bem como o número e a senha de sessão.

§ 3º - Os interessados em acompanhar a sessão de julgamento devem baixar o aplicativo Cisco Webex Meetings e, na hora marcada para o início da sessão, acessar o link ou informar o número e a senha da sessão (chamada de reunião no aplicativo).

§ 4º - É de responsabilidade dos interessados em acompanhar as sessões providenciar os meios tecnológicos e de comunicação necessários ao acesso.

Art. 2º - A apresentação facultativa de memoriais e de esclarecimentos sobre matéria de fato, prevista no art. 55 do Regulamento Interno da Junta de Revisão Fiscal, aprovado pela Resolução SER nº 023/2003, deverá ser encaminhada, juntamente com os documentos comprobatórios dos poderes de representação legal, para o endereço eletrônico institucional gabjrf@fazenda.rj.gov.br.

§ 1º - Havendo a intenção de prestar esclarecimento verbal sobre questão de fato durante a sessão por videoconferência, deverá o contribuinte ou seu representante verbal encaminhar a documentação comprobatória de seu poder de representação legal para o endereço eletrônico indicado no caput.

§ 2º - Para a perfeita identificação dos documentos encaminhados, no campo assunto da mensagem eletrônica, deverão ser especificados o número do processo administrativo, a data e o horário da sessão, bem como a Turma de Julgamento.

Art. 3º - Os casos omissos serão decididos pela Presidente da Junta de Revisão Fiscal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2020

MICHELE DE SOUZA RIBEIRO Presidente

Id: 2259734